

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.290
Preferenciais	0
Total	69.290
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	645.123	628.785
1.01	Ativo Circulante	316.413	315.076
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.442	239.468
1.01.01.01	Caixa restrito	6.573	14.457
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	184.869	225.011
1.01.03	Contas a Receber	102.953	50.817
1.01.03.01	Clientes	84.393	42.303
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	84.393	42.303
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.560	8.514
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	2.793	1.822
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	12.987	3.931
1.01.03.02.03	Dividendos a receber de controladas	2.555	2.555
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	225	206
1.01.04	Estoques	128	488
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.890	24.303
1.01.07.01	Custos antecipados	21.890	24.303
1.02	Ativo Não Circulante	328.710	313.709
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.551	81.927
1.02.01.03	Contas a Receber	2.762	2.711
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.762	2.711
1.02.01.06	Tributos Diferidos	53.040	58.825
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.040	58.825
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	31	123
1.02.01.07.01	Custos antecipados	31	123
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	25.718	20.268
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	25.718	20.268
1.02.02	Investimentos	101.651	77.076
1.02.02.01	Participações Societárias	101.651	77.076
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	101.651	77.076
1.02.03	Imobilizado	12.933	23.939
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.933	23.939
1.02.04	Intangível	132.575	130.767
1.02.04.01	Intangíveis	132.575	130.767
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	130.730	128.717
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	1.845	2.050

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	645.123	628.785
2.01	Passivo Circulante	191.059	179.588
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.779	7.345
2.01.02	Fornecedores	23.794	23.325
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.727	17.225
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	67	6.100
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.954	7.065
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.954	7.065
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	6.954	7.065
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.654	41.931
2.01.04.02	Debêntures	40.654	41.931
2.01.05	Outras Obrigações	114.485	96.888
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.375	14.889
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	17.375	14.889
2.01.05.02	Outros	97.110	81.999
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14.265	14.265
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	77.770	55.736
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	4.942	11.330
2.01.05.02.06	Outras obrigações	133	668
2.01.06	Provisões	1.393	3.034
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.393	3.034
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.393	3.034
2.02	Passivo Não Circulante	98.506	114.020
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	75.000	93.750
2.02.01.02	Debêntures	75.000	93.750
2.02.04	Provisões	23.506	20.270
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.506	20.270
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.770	14.157
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	5.736	6.113
2.03	Patrimônio Líquido	355.558	335.177
2.03.01	Capital Social Realizado	238.124	238.124
2.03.02	Reservas de Capital	4.415	4.258
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.516	1.589
2.03.04	Reservas de Lucros	100.444	85.808
2.03.04.01	Reserva Legal	10.296	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	99.813	85.177
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.059	5.398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	128.670	211.989	126.398	159.429
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-101.352	-161.913	-85.185	-104.210
3.03	Resultado Bruto	27.318	50.076	41.213	55.219
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.458	-28.912	-16.804	-26.592
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.393	-1.948	-154	-816
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.588	-27.871	-16.350	-29.145
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-8.201	-21.267	-12.708	-24.416
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-5.387	-6.604	-3.642	-4.729
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.184	-2.720	-474	1.830
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	-2.184	-2.720	-474	1.830
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.707	3.627	174	1.539
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.707	3.627	174	1.539
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.860	21.164	24.409	28.627
3.06	Resultado Financeiro	-319	-816	4.013	884
3.06.01	Receitas Financeiras	3.699	9.085	9.715	11.657
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.699	9.085	9.715	11.657
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.018	-9.901	-5.702	-10.773
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.697	-9.080	-5.544	-10.473
3.06.02.02	Varição cambial e monetária, líquidas	-321	-821	-158	-300
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.541	20.348	28.422	29.511
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.039	-5.785	-20.090	-20.340
3.08.02	Diferido	-3.039	-5.785	-20.090	-20.340
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.502	14.563	8.332	9.171
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.502	14.563	8.332	9.171
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19490	0,21020	0,12040	0,13250
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.02.01	ON	0,19010	0,20500	0,12050	0,14480

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	13.502	14.563	8.332	9.171
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.389	5.661	-412	-2.366
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.891	20.224	7.920	6.805

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.059	2.191
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.586	39.050
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	14.563	9.171
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-3.627	-1.539
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.581	1.229
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	-33	0
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.785	20.340
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	7.455	9.682
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	157	1.077
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.730	-1.008
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-25	98
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.400	-36.859
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-42.065	-2.614
6.01.02.02	Estoques	360	-23
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-971	-646
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-9.056	236
6.01.02.05	Outras contas a receber	-19	149
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-51	-1.025
6.01.02.07	Custos antecipados	2.505	11.368
6.01.02.08	Fornecedores	397	6.836
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	757	-6.211
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	-3.566	76
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	22.034	-45.274
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-686	-412
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	961	681
6.01.03	Outros	-1.245	0
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-1.245	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.577	-1.740
6.02.01	Dividendos recebidos de controladas	0	226
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.565	-1.966
6.02.03	Ágio na aquisição de investimentos	-2.012	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.506	136.193
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	0	187.586
6.03.02	Gastos na emissão de ações	0	-14.400
6.03.03	Partes relacionadas	-6.558	9.138
6.03.04	Pagamentos de dividendos	0	-36.699
6.03.06	Pagamento de debêntures - juros	-8.198	-9.432
6.03.07	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.142	136.644
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	225.011	69.859
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	184.869	206.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.563	5.661	20.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.563	0	14.563
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.661	5.661
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.661	5.661
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	84	14.636	-14.563	0	157
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.563	-14.563	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-73	73	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	157	0	0	0	157
5.07	Saldos Finais	238.124	-3.734	110.109	0	11.059	355.558

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.462	1.726	90.135	0	2.912	131.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	1.726	90.135	0	2.912	131.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.661	-9.504	-40.599	0	0	150.558
5.04.01	Aumentos de Capital	200.661	0	-13.075	0	0	187.586
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-9.504	0	0	0	-9.504
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.524	0	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.171	-2.366	6.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.171	0	9.171
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.366	-2.366
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.366	-2.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.574	9.223	-9.171	0	3.626
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.626	9.171	-9.171	0	3.626
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-52	52	0	0	0
5.07	Saldos Finais	237.123	-4.204	58.759	0	546	292.224

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	242.802	181.723
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	243.225	181.821
7.01.02	Outras Receitas	-448	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	25	-98
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-167.238	-109.573
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-154.875	-100.773
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.294	-8.631
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-69	-4
7.02.04	Outros	0	-165
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.564	72.150
7.04	Retenções	-1.581	-1.229
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.581	-1.229
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.983	70.921
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.673	13.099
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.627	1.539
7.06.02	Receitas Financeiras	8.264	11.357
7.06.03	Outros	-218	203
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.656	84.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.656	84.020
7.08.01	Pessoal	20.141	17.939
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.915	14.729
7.08.01.02	Benefícios	1.513	2.528
7.08.01.03	F.G.T.S.	713	682
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.866	45.789
7.08.02.01	Federais	31.987	40.189
7.08.02.02	Estaduais	50	0
7.08.02.03	Municipais	8.829	5.600
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.086	11.121
7.08.03.01	Juros	8.897	10.321
7.08.03.02	Aluguéis	1.189	800
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.563	9.171
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.563	9.171

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	749.035	672.812
1.01	Ativo Circulante	487.918	421.511
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	219.848	277.734
1.01.01.01	Caixa restrito	6.573	14.457
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	213.275	263.277
1.01.03	Contas a Receber	169.837	88.905
1.01.03.01	Clientes	125.190	59.962
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	125.190	59.962
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.647	28.943
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	13.272	13.181
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	19.427	7.508
1.01.03.02.03	Outras contas a receber	11.948	8.254
1.01.04	Estoques	1.843	2.352
1.01.07	Despesas Antecipadas	96.390	52.520
1.01.07.01	Custos antecipados	96.390	52.520
1.02	Ativo Não Circulante	261.117	251.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	69.231	73.033
1.02.01.03	Contas a Receber	4.105	4.101
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.105	4.101
1.02.01.06	Tributos Diferidos	55.903	60.976
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.903	60.976
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	102	627
1.02.01.07.01	Custos antecipados	102	627
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.121	7.329
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	9.121	7.329
1.02.03	Imobilizado	51.066	39.590
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.066	39.590
1.02.04	Intangível	140.820	138.678
1.02.04.01	Intangíveis	140.820	138.678
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	137.500	135.325
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	3.320	3.353

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	749.035	672.812
2.01	Passivo Circulante	276.210	213.314
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.523	10.466
2.01.02	Fornecedores	50.259	43.988
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.476	35.813
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.783	8.175
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.910	16.197
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.910	16.197
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	13.910	16.197
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.281	41.931
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.627	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.627	0
2.01.04.02	Debêntures	40.654	41.931
2.01.05	Outras Obrigações	151.465	97.550
2.01.05.02	Outros	151.465	97.550
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14.505	14.682
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	126.356	69.386
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	4.942	11.330
2.01.05.02.06	Outras obrigações	5.662	2.152
2.01.06	Provisões	1.772	3.182
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.772	3.182
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.772	3.182
2.02	Passivo Não Circulante	107.549	121.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	75.000	93.750
2.02.01.02	Debêntures	75.000	93.750
2.02.03	Tributos Diferidos	2.534	361
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.534	361
2.02.04	Provisões	30.015	27.359
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.015	27.359
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.126	18.933
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	7.889	8.426
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	365.276	338.028
2.03.01	Capital Social Realizado	238.124	238.124
2.03.02	Reservas de Capital	4.415	4.258
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.516	1.589
2.03.04	Reservas de Lucros	100.444	85.808
2.03.04.01	Reserva Legal	10.296	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	99.813	85.177
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.059	5.398
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	9.718	2.851

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.731	297.065	184.311	266.381
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-141.553	-218.398	-132.670	-191.103
3.03	Resultado Bruto	49.178	78.667	51.641	75.278
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.536	-50.027	-23.786	-41.849
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.612	-3.883	-651	-2.545
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.406	-45.477	-23.768	-43.684
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-17.510	-38.259	-19.913	-38.573
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-5.896	-7.218	-3.855	-5.111
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-518	-667	633	4.380
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	-518	-667	633	4.380
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.642	28.640	27.855	33.429
3.06	Resultado Financeiro	-1.721	-3.639	2.990	-196
3.06.01	Receitas Financeiras	4.135	10.192	10.338	13.004
3.06.01.01	Receitas financeiras	4.135	10.192	10.338	13.004
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.856	-13.831	-7.348	-13.200
3.06.02.01	Despesas financeiras	-4.945	-11.031	-6.271	-12.156
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquidas	-911	-2.800	-1.077	-1.044
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.921	25.001	30.845	33.233
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.355	-10.286	-21.970	-23.470
3.08.01	Corrente	-4.689	-5.392	-1.995	-3.256
3.08.02	Diferido	-2.666	-4.894	-19.975	-20.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.566	14.715	8.875	9.763
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.566	14.715	8.875	9.763
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.502	14.563	8.332	9.171
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	64	152	543	592
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19490	0,21020	0,12040	0,13250

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,19010	0,20500	0,12050	0,14480

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.566	14.715	8.875	9.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.389	5.661	-412	-2.366
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	18.955	20.376	8.463	7.397
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.891	20.224	7.920	6.805
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	64	152	543	592

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.065	4.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.571	43.152
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	14.715	9.763
6.01.01.04	Depreciação e amortização	4.620	2.447
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	-25	12
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.894	20.214
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	6.980	11.339
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	157	1.077
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.153	-1.809
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	77	109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-58.857	-37.588
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-64.959	-6.871
6.01.02.02	Estoques	515	-90
6.01.02.03	Impostos a recuperar	160	3.082
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-11.848	-2.224
6.01.02.05	Outras contas a receber	-3.563	1.654
6.01.02.06	Depósitos judiciais	6	-1.046
6.01.02.07	Custos antecipados	-42.630	11.477
6.01.02.08	Fornecedores	5.764	11.431
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-291	-10.352
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	-2.997	91
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	56.705	-46.052
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	4.967	1.745
6.01.02.13	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-686	-433
6.01.03	Outros	-2.779	-1.385
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-2.779	-1.385
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.674	-4.767
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-6.662	-4.767
6.02.03	Ágio na aquisição de investimentos	-2.012	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.028	135.506
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	0	187.586
6.03.02	Gastos na emissão de ações	0	-14.400
6.03.03	Partes relacionadas	-1.530	8.451
6.03.04	Pagamentos de dividendos	-177	-36.699
6.03.06	Pagamento de debêntures - juros	-8.198	-9.432
6.03.07	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	0
6.03.08	Contratação de empréstimos e financiamentos	10.627	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	4.765	-1.155
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.002	133.763
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	263.277	120.934
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	213.275	254.697

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177	2.851	338.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177	2.851	338.028
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.563	5.661	20.224	152	20.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.563	0	14.563	152	14.715
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.661	5.661	0	5.661
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.661	5.661	0	5.661
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	84	14.636	-14.563	0	157	6.715	6.872
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.563	-14.563	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-73	73	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	157	0	0	0	157	0	157
5.06.05	Aquisição de participação societária de acionistas minoritários	0	0	0	0	0	0	6.715	6.715
5.07	Saldos Finais	238.124	-3.734	110.109	0	11.059	355.558	9.718	365.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.462	1.726	90.135	0	2.912	131.235	2.083	133.318
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	1.726	90.135	0	2.912	131.235	2.083	133.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.661	-9.504	-40.599	0	0	150.558	0	150.558
5.04.01	Aumentos de Capital	200.661	0	-13.075	0	0	187.586	0	187.586
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-9.504	0	0	0	-9.504	0	-9.504
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.524	0	0	-27.524	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.171	-2.366	6.805	592	7.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.171	0	9.171	592	9.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.366	-2.366	0	-2.366
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.366	-2.366	0	-2.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.574	9.223	-9.171	0	3.626	0	3.626
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.626	9.171	-9.171	0	3.626	0	3.626
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-52	52	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	237.123	-4.204	58.759	0	546	292.224	2.675	294.899

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	335.861	298.848
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	335.871	298.492
7.01.02	Outras Receitas	67	465
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-77	-109
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-219.552	-189.128
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-201.793	-174.514
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.049	-14.267
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-158	-106
7.02.04	Outros	1.448	-241
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.309	109.720
7.04	Retenções	-4.620	-2.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-2.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	111.689	107.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.899	13.211
7.06.02	Receitas Financeiras	7.392	11.960
7.06.03	Outros	507	1.251
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.588	120.484
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.588	120.484
7.08.01	Pessoal	34.530	28.910
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.365	24.731
7.08.01.02	Benefícios	2.223	3.268
7.08.01.03	F.G.T.S.	942	911
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.860	62.590
7.08.02.01	Federais	40.745	48.953
7.08.02.02	Estaduais	3.874	7.605
7.08.02.03	Municipais	9.241	6.032
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.483	19.221
7.08.03.01	Juros	11.026	12.237
7.08.03.02	Aluguéis	1.841	1.313
7.08.03.03	Outras	3.616	5.671
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.715	9.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.563	9.171
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	152	592

Relatório da Administração

Principais Destaques

- O resultado consolidado do 2T12 veio em linha com o orçado pela companhia, que considerava:
 - O padrão típico de sazonalidade dos resultados trimestrais em nosso ramo de atividade, e
 - A diferença na quantidade e perfil dos espetáculos promovidos pela T4F no 2T12 e no 2T11, notadamente a maior quantidade de grandes shows de música em estádios realizados no 2T11 contra uma predominância de shows de entretenimento familiar no 2T12:
- ✓ **Receita Líquida** de R\$191 milhões (+3% vs. 2T11)
- ✓ **Lucro Bruto** de R\$49 milhões (-5% vs. 2T11)
- ✓ **EBITDA** de R\$25 milhões (-14% vs. 2T11)
- ✓ **Lucro Líquido** de R\$14 milhões (+53% vs. 2T11)

- O primeiro semestre do ano é tradicionalmente o mais fraco no nosso ramo de atividade, e projetamos que este comportamento ocorrerá também em 2012. Sendo assim, a análise que proporciona um melhor entendimento do desempenho da companhia no tempo, é a comparação dos 12 meses acumulado até junho de 2012 contra o período de 12 meses imediatamente anterior, que neste trimestre apresentou um forte crescimento:
 - ✓ **Receita Líquida** de R\$641 milhões (+19% vs. 12 meses anteriores jul/10 - jun/11 - “12ma”)
 - ✓ **Lucro Bruto** de R\$190 milhões (+19% vs. 12ma)
 - ✓ **EBITDA** de R\$105 milhões (+28% vs. 12ma)
 - ✓ **Lucro Líquido** de R\$66 milhões (+151% vs. 12ma)

- Continuamos projetando um forte crescimento do resultado no 2S12, sobre o 1S12, destacando:
 - ✓ Realização das turnês sul-americanas de Linkin Park, Lady Gaga e Madonna, com pelo menos 16 grandes shows em estádios de futebol e arenas no 4T12 no Brasil, Argentina e Chile.
 - ✓ Forte pipeline de shows de música indoor com artistas renomados internacionais: Alanis Morissette, Scorpions, Yanni, Dream Theater, G3, Liza Minelli, Simple Plan, Snow Patrol, entre muitos outros.
 - ✓ Prosseguimento do musical A Família Addams no Teatro Abril em São Paulo, com apresentações esgotadas desde a estréia em março/12.
 - ✓ Abertura de vendas dos espetáculos O Rei Leão e Cirque du Soleil-Corteo no 4T12, com estréias previstas para o primeiro trimestre de 2013.

Destaques Financeiros e Operacionais

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2T12	2T11	Var. 2T12/2T11	1S12	1S11	Var. 1S12/1S11	jul/11 - jun/12	jul/10 - jun/11	Var.
Indicadores Financeiros									
Receita Líquida	190.731	184.311	3%	297.065	266.381	12%	640.509	539.477	19%
Promoção de Eventos	104.728	120.530	-13%	167.641	174.044	-4%	363.882	329.607	10%
Música ao Vivo	52.225	96.958	-46%	85.880	142.799	-40%	203.903	243.050	-16%
Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais	48.893	19.754	148%	76.669	26.712	187%	146.226	75.359	94%
Eventos Esportivos	3.609	3.818	-5%	5.092	4.533	12%	13.754	11.197	23%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	33.748	24.228	39%	51.244	35.842	43%	115.923	90.659	28%
Patrocínio	52.256	39.553	32%	78.181	56.495	38%	160.703	119.212	35%
Promoção de Eventos	45.270	34.658	31%	66.579	47.009	42%	137.375	95.738	43%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	6.986	4.895	43%	11.602	9.486	22%	23.329	23.473	-1%
Lucro Bruto	49.178	51.641	-5%	78.667	75.278	5%	190.298	159.413	19%
Margem Bruta (%)	25,8%	28,0%	-2,2 p.p.	26,5%	28,3%	-1,8 p.p.	29,7%	29,5%	0,2 p.p.
EBITDA	25.164	29.114	-14%	33.259	35.878	-7%	105.171	81.873	28%
Margem EBITDA (%)	13,2%	15,8%	-2,6 p.p.	11,2%	13,5%	-2,3 p.p.	16,4%	15,2%	1,2 p.p.
Lucro Líquido	13.567	8.875	53%	14.716	9.763	51%	66.023	26.267	151%
Margem Líquida (%)	7,1%	4,8%	2,3 p.p.	5,0%	3,7%	1,3 p.p.	10,3%	4,9%	5,4 p.p.

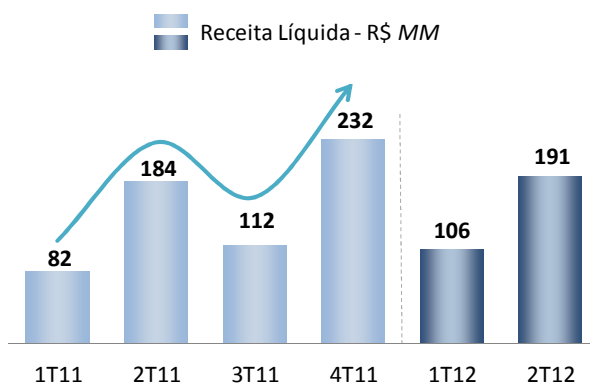
	2T12	2T11	Var. 2T12/2T11	1S12	1S11	Var. 1S12/1S11	jul/11 - jun/12	jul/10 - jun/11	Var.
Indicadores Operacionais¹									
Música ao Vivo									
Número de Eventos	92	118	-22%	151	188	-20%	359	374	-4%
Ingressos Vendidos (000)	359	736	-51%	599	1.070	-44%	1.584	1.860	-15%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	149	146	2%	152	144	6%	129	141	-9%
Eventos Família e Teatro									
Número de Eventos	306	216	42%	429	312	38%	947	680	39%
Ingressos Vendidos (000)	461	287	61%	643	343	87%	1.128	749	51%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	121	66	84%	136	73	88%	148	96	55%

(1) Não inclui Exposições Culturais e Eventos Esportivos

Considerações sobre Sazonalidade dos Resultados

Conforme já destacado em nossas divulgações anteriores, os nossos resultados trimestrais históricos apresentam um comportamento sazonal típico no qual (i) o segundo semestre é mais relevante que o primeiro semestre, e (ii) o quarto trimestre é o mais forte do ano.

Para o ano 2012, projetamos que este comportamento se repetirá, com uma curva similar àquela do ano 2011 (gráfico abaixo), mas com peso ainda maior no 4T12, devido à concentração de grandes eventos de música naquele trimestre e à abertura de vendas de espetáculos de enorme sucesso como o musical da Broadway O Rei Leão e o espetáculo Corteo, do Cirque du Soleil.



Comentário de Desempenho do 2T12

Promoção de Eventos

Música ao vivo

No 2T12 promovemos 92 shows de música ao vivo com cerca de 360 mil ingressos vendidos. Destacamos a realização da turnê brasileira do show *The Wall* de Roger Waters, além de diversos shows *indoor* de artistas internacionais como Bob Dylan, Duran Duran, Roxette, 3 Doors Down, Demi Lovato, em um número crescente de praças. Seguindo nossa estratégia de crescimento do número de cidades cobertas por nossos shows, a turnê de Bob Dylan foi apresentada em 7 cidades e a turnê de Roxette foi apresentada em 11 cidades. Adicionalmente, nossa plataforma de shows *indoor* foi complementada com a recorrência de shows de artistas nacionais como Paula Fernandes, Fábio Jr., Titãs, Jorge Ben Jor, entre muitos outros.

Na comparação com o 2T11, a redução da receita líquida deste segmento é explicada principalmente pela menor quantidade de grandes shows em estádios e arenas. No 2T11 promovemos 5 shows da turnê sul-americana *U2 360°*, com capacidade média de 75 mil pessoas por apresentação e 3 shows de Ozzy Osbourne, enquanto que no 2T12 realizamos apenas 2 shows de Roger Waters em São Paulo, com capacidade de público média de 50 mil por apresentação.

Música ao vivo (cont.)

Na comparação entre os semestres, a concentração de shows de estádios e arenas é ainda mais acentuada, tendo realizado 13 apresentações no 1S11, contra apenas quatro no 1S12.

Neste ano, principalmente em música ao vivo, a nossa receita deverá ser muito concentrada no quarto trimestre, período em que realizaremos duas mega turnês globais, “MDNA” de Madonna e “Born This Way Ball” de Lady Gaga, somando pelo menos 12 apresentações já confirmadas até o momento, além de 4 apresentações de Linkin Park no Brasil e Argentina.

Eventos de entretenimento familiar, teatro e exposições culturais

A receita líquida neste segmento atingiu R\$48,9 milhões no 2T12, um crescimento de 148% sobre 2T11, resultado de um aumento de 61% no público pagante e de um preço médio 84% maior devido ao mix superior de conteúdos apresentado no 2T12.

No nosso Teatro Abril em São Paulo, continuamos com a temporada do musical A Família Addams, com ingressos esgotados desde o seu início em março de 2012. A Família Addams desponta como o 2º musical de maior público pagante promovido pela Companhia, ficando atrás somente de O Fantasma da Opera, quando considerado os primeiros quatro meses de apresentações. No teatro Opera Citi, em Buenos Aires, seguimos com o aclamado musical Mamma Mia!.

No 2T12 também tivemos a realização de diversos espetáculos de artes performáticas e entretenimento familiar: a nova turnê de Disney on Ice – *100 Anos de Magia*, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro com mais de 30 apresentações no total, a primeira turnê sul-americana de Batman Live nas cidades de São Paulo, Buenos Aires e Santiago, além da promoção pela 1ª vez no Brasil do evento de lutas performáticas WWE-World Wrestling Entertainment em São Paulo. Além destes, prosseguimos com a parcela brasileira da turnê sul-americana de Varekai do Cirque du Soleil, nas cidades de Recife, Salvador e Curitiba.

A T4F vem promovendo o espetáculo Varekai do Cirque du Soleil desde setembro de 2011, com previsão de encerramento em fevereiro de 2013, em Lima no Peru. Com a recente contratação do espetáculo Corteo, cujas apresentações têm expectativa de início em março de 2013, ficando em turnê até o final de 2014, passando por pelo menos 10 diferentes mercados, ficaremos em turnê com os espetáculos do Cirque du Soleil durante 40 meses consecutivos.

Quando comparamos a performance deste segmento de conteúdos entre o 1S12 e o 1S11, o resultado da análise é o mesmo, com forte aumento percentual no número de eventos realizados (+38%), quantidade de ingressos vendidos (+87%), preço médio (+88%), e receita líquida (+187%), em função dos fatores descritos nos parágrafos acima.

Eventos esportivos

A receita líquida de eventos esportivos foi de R\$3,6 milhões no 2T12, 5% inferior ao 2T11. Devido a realização de uma etapa a menos da Copa Caixa Stock Car, o calendário da principal categoria do automobilismo brasileiro ficou com 3 etapas no 2T12 contra 4 provas no 2T11. Contudo, apuramos importante aumento de público pagante, venda de *hospitality centers* e ações de relacionamento nos eventos das diversas categorias do automobilismo que promovemos, com destaque para a Copa Petrobras de Marcas, em sua segunda temporada.

Operação de Bilheteria, Alimentos e Bebidas (A&B) e de Casas de Espetáculos

No 2T12 atingimos R\$33,7 milhões em receita líquida proveniente deste segmento, um incremento de 39% em relação ao 2T11, tendo como destaque a abertura de vendas da nova turnê sul-americana da cantora Madonna. No segmento de música *indoor*, iniciamos as vendas de ingressos para importantes nomes da música internacional como Yanni, Scorpions, Liza Minelli, Dream Theater, entre outros.

Além das recorrentes receitas com aluguel de nossas casas de espetáculos para eventos corporativos e com estacionamento, destacamos também importante resultado das operações de A&B e merchandising com receitas per capita acima das médias históricas.

Patrocínios

A receita líquida dessa categoria alcançou R\$52,3 milhões no 2T12, com crescimento de 32% sobre o 2T11. Esse aumento é justificado pela realização de um maior número de turnês de música ao vivo de grandes artistas internacionais e pela promoção de uma diversificada plataforma de conteúdos de entretenimento familiar que atinge diversos tipos de público, com soluções de marketing únicas para os patrocinadores, assim como a pré-venda dos shows de Madonna.

Lucro Bruto

O lucro bruto do 2T12 atingiu R\$49,2 milhões, 5% inferior ao 2T11, com margem bruta de 25,8%. A diferença de 2,2p.p. menos na margem bruta do trimestre é explicada principalmente pela realização dos espetáculos do Cirque du Soleil - Varekai em um número maior de praças – Brasília, Recife e Curitiba - e com menor tempo de apresentação em cada. Estes fatores aumentam o nosso custo de logística no período, além do fato que, parte do resultado daquelas praças do 2T12, tais como alocação de patrocínio de pré-venda e receita de taxa de conveniência, foi reconhecida em períodos anteriores, no momento de ocorrência das vendas.

Importante salientar que, no período de 12 meses acumulado até junho de 2012, contabilizamos lucro bruto de R\$190,3 milhões, 19% de crescimento sobre o mesmo período do ano anterior.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras

Registramos no 2T12 despesas com vendas, gerais e administrativas e outras no montante de R\$26,5 milhões, um aumento nominal de 12% sobre o 2T11. Entretanto, enquanto que no 2T12 houve R\$1,7 milhão em provisões para contingências não-recorrentes, no 2T11 foi registrada provisão de apenas R\$0,1 milhão. Excluindo-se os efeitos destas provisões, as despesas aumentaram apenas 4,6%.

<i>Em milhões de R\$ (Consolidado - IFRS)</i>	2T12	2T11	Var. 2T12/2T11	1S12	1S11	Var. 1S12/1S11	jul/11 - jun/12	jul/10 - jun/11	Var.
Despesas (Receitas) Operacionais									
Total	(26,5)	(23,8)	12%	(50,0)	(41,8)	20%	(92,9)	(82,1)	13%
Vendas	(2,6)	(0,7)	301%	(3,9)	(2,5)	53%	(7,3)	(4,4)	65%
Gerais e administrativas	(17,5)	(19,9)	-12%	(38,3)	(38,6)	-1%	(81,9)	(79,6)	3%
Remuneração dos administradores	(5,9)	(3,9)	53%	(7,2)	(5,1)	41%	(10,3)	(6,6)	55%
Outras receitas operacionais, líquidas	1,2	0,7	74%	1,5	1,5	0%	3,9	7,0	-45%
Provisões (reversões) para contingências	(1,7)	(0,1)	2918%	(2,2)	2,9	n.d.	2,7	1,5	79%
% Despesas/Receita Líquida	13,9%	12,9%	1,0 p.p.	16,8%	15,7%	1,1 p.p.	14,5%	15,2%	-0,7 p.p.
% Despesas/Receita Líquida (ex-contingências)	13,0%	12,9%	0,1 p.p.	16,1%	16,8%	-0,7 p.p.	14,9%	15,5%	-0,6 p.p.

EBITDA

No 2T12, a Companhia gerou R\$25,2MM de EBITDA, 14% menor que no 2T11, principalmente em função do menor lucro bruto no trimestre em consequência da menor atividade na linha de música ao vivo.

No 1S12, o EBITDA atingiu R\$33,3 milhões, 7% inferior ao 1S11, porém, desconsiderando-se o efeito das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas contabilizadas naquele período, o EBITDA do 1S12 apresenta um crescimento de 6,5%, com uma melhora de 0,7 p.p. na margem EBITDA para 11,9%.

No período de 12 meses acumulado até junho de 2012, registramos um EBITDA de R\$105,2 milhões, 28% acima do mesmo período do ano anterior, com incremento de 1,2p.p. na margem EBITDA.

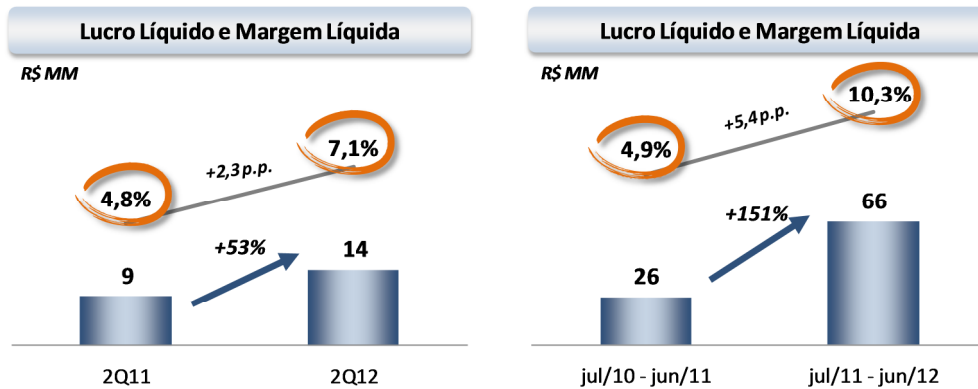
<i>(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)</i>	2T12	2T11	Var. 2T12/2T11	1S12	1S11	Var. 1S12/1S11	jul/11 - jun/12	jul/10 - jun/11	Var.
Reconciliação do EBITDA									
Lucro Líquido	13.567	8.875	53%	14.716	9.763	51%	66.023	26.267	151%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	7.355	21.970	-67%	10.286	23.470	-56%	32.661	37.255	-12%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.721	(2.990)	n.d.	3.639	196	1757%	(1.264)	13.804	n.d.
(+) Depreciações e Amortizações	2.522	1.258	100%	4.619	2.449	89%	7.751	4.547	70%
= EBITDA	25.164	29.114	-14%	33.259	35.878	-7%	105.171	81.873	28%
Margem EBITDA	13,2%	15,8%	-2,6 p.p.	11,2%	13,5%	-2,3 p.p.	16,4%	15,2%	1,2 p.p.
(-) Contingências não-recorrentes	(1.720)	(57)	2918%	(2.153)	2.887	n.d.	2.733	1.523	79%
= EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	26.884	29.171	-8%	35.412	32.991	7,3%	102.438	80.350	27%
Margem EBITDA Ajustada	14,1%	15,8%	-1,7 p.p.	11,9%	12,4%	-0,5 p.p.	16,0%	14,9%	1,1 p.p.

(1) Exclusão de contingências não-recorrentes.

6,5%

Lucro Líquido

No 2T12 geramos um lucro líquido 53% superior ao 2T11, atingindo R\$13,6 milhões, com ganho de margem de 2,3 p.p.. No período de 12 meses acumulado até junho de 2012, contabilizamos lucro líquido de R\$66 milhões, um crescimento de 151% sobre mesmo período do ano anterior, com a margem líquida mais que dobrando, de 4,9% para 10,3%.



Caixa

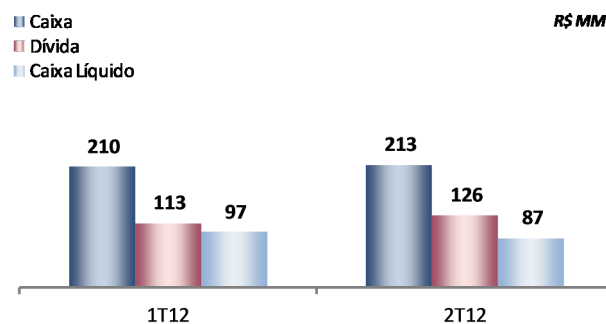
Encerramos o 2T12 com um caixa consolidado total de R\$213 milhões, aplicados seguindo uma política de investimento conservadora que prioriza preservação do capital e liquidez.

Mantemos nossos recursos em depósitos à vista e em aplicações pós-fixadas com liquidez diária junto a instituições financeiras de primeira linha. Não assumimos exposição a riscos de taxas de juros, de liquidez, ou de instrumentos financeiros derivativos, exceto neste último caso, somente para proteção contra variação cambial de compromissos operacionais em moeda estrangeira.

Endividamento

A Companhia encerrou o 2T12 com um endividamento oneroso de R\$126 milhões, composto de (i) R\$115,7 milhões em debêntures emitidas para o Banco Bradesco em março de 2010, das quais já foram amortizadas 2 parcelas de principal no valor de R\$18,8 milhões cada e cujo cronograma de amortizações se estende até março de 2015, e (ii) R\$10,6 milhões em empréstimo de capital de giro, contratado pela nossa subsidiária na Argentina em junho de 2012, em pesos argentinos.

A contratação desse empréstimo de capital de giro teve como único objetivo viabilizar adiantamentos pela contratação de importantes conteúdos internacionais que se apresentarão até o final do ano, casando passivo e ativo (venda de ingressos) na mesma moeda (pesos argentinos) enquanto se preserva a liquidez da controladora no Brasil.



Eventos Recentes

Citibank Hall

Em julho de 2012 a T4F formalizou a extensão do aluguel de longo prazo do espaço onde funciona o Citibank Hall, casa de espetáculos na cidade do Rio de Janeiro. O contrato inclui o direito de operação exclusiva da casa de espetáculos até o ano de 2018, no mesmo formato de operação atual.

Chevrolet Hall

Desde 1º de julho de 2012 a T4F assumiu a operação do Chevrolet Hall, a mais importante casa de espetáculos de Belo Horizonte com capacidade para até 5.500 pessoas, concluindo mais uma etapa do projeto de aumento de verticalização das operações e expansão no seu mercado de atuação na América do Sul. A cidade de Belo Horizonte passa a ser a 1ª cidade no Brasil, fora do eixo Rio-São Paulo, em que a T4F abriga uma casa de espetáculos.

Com a renovação do controle do Citibank Hall e a operação do Chevrolet Hall, a T4F passa a operar de maneira verticalizada 5 casas de espetáculos na América do Sul, incluindo o Credicard Hall e Teatro Abril em São Paulo, e o teatro Opera Citi em Buenos Aires, em contratos de aluguel de longo prazo com vencimentos que se estendem até o ano 2022.

Duração dos contratos de locação

				
				
São Paulo	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Buenos Aires
Jan. 2022	Dez. 2019	Jul. 2018	Jun. 2016	Próprio

Pipeline de Eventos

Shows de Música Outdoor

No 4T12 a T4F promoverá as turnês sul-americanas de Linkin Park, Lady Gaga e Madonna, totalizando pelo menos 16 grandes shows em estádios de futebol e arenas no Brasil, Argentina e Chile.

Além destes, estamos em negociações para a contratação de outros importantes nomes da música internacional para shows *outdoor* no 4T12 e ano de 2013.

Pipeline de Eventos (cont.)

Shows de Música Indoor

Em nossa plataforma de shows de música internacional indoor temos mais de 60 apresentações na América do Sul, entre shows realizados desde julho e contratados para o restante do ano, de artistas como: Alanis Morissette (8); Dream Theater (9); Scorpions (3); Yanni (8); Liza Minelli (4); Snow Patrol (4); Simple Plan (4); G3 (5); Morten Harket - vocalista do A-HA (5); Sara Baras (4), além de muitos outros.

Adicionalmente, continuaremos a promover dezenas de shows de música ao vivo de artistas nacionais de primeira classe, importantes para a recorrência de receita verticalizada, tais como: Maria Rita, Kid Abelha, Victor e Léo, O Rappa, entre outros.

Eventos Esportivos

Promoveremos no 2S12 oito etapas da temporada anual do campeonato Copa Caixa de Stock Car – a mais tradicional prova do automobilismo brasileiro em cinco estados distintos do Brasil, além de 6 etapas da Copa Petrobras de Marcas nas cidades de Curitiba/PR e Porto Alegre/RS. Em julho promovemos uma etapa do WTCC – campeonato mundial de carros de turismo na cidade de Curitiba.

Também assumimos a promoção da F-3 Sul-Americana, principal categoria de base do automobilismo brasileiro, realizando em julho a primeira prova em Curitiba, e no primeiro final de semana de agosto a segunda etapa no Rio de Janeiro, dentre as 6 etapas já agendadas para este ano.

Eventos de Entretenimento Familiar, Teatro, e Exibições Culturais

A turnê sul-americana Varekai, do Cirque du Soleil iniciou o 2S12 com apresentações em Curitiba e atualmente está em Porto Alegre. Depois partirá para Buenos Aires e em seguida Santiago de Chile.

Seguiremos também com a promoção dos musicais da Broadway, A Família Addams, no Teatro Abril em São Paulo, e Mamma Mia! no Opera Citi em Buenos Aires. A Família Addams recentemente ultrapassou a marca dos 200 mil ingressos vendidos.

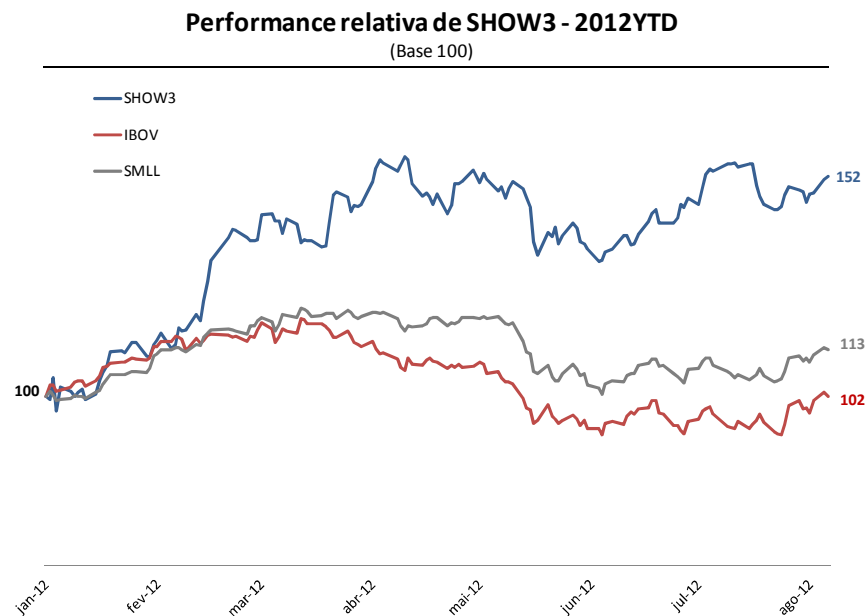
Os recentes acordos e parcerias firmadas com alguns dos principais provedores de conteúdo de qualidade no mercado mundial de entretenimento ampliará a atuação da companhia no segmento de entretenimento familiar, aumentando a visibilidade da receita nos próximos anos. No primeiro trimestre de 2013, estaremos no Brasil o musical O Rei Leão, conteúdo de maior bilheteria arrecadada na história da Broadway, e o espetáculo Corteo, quinta turnê consecutiva do Cirque du Soleil promovida pela T4F na América do Sul.

Mercado de Capitais

Considerando-se o preço de fechamento de R\$ 17,24 em 7 de agosto de 2012, nossa ação apresenta uma valorização acumulada de 52,4% no ano, bem superior aos principais índices de mercado *benchmark* para nossa ação. Na comparação com Ibovespa e Índice Small Caps da BM&FBovespa, nossa ação apresenta valorização acumulada em 2012 de 51% e 40%, respectivamente. Desde nosso IPO, as ações SHOW3 apresentam valorização de 24% e 14% acima do Ibovespa e Índice Small Caps, respectivamente.

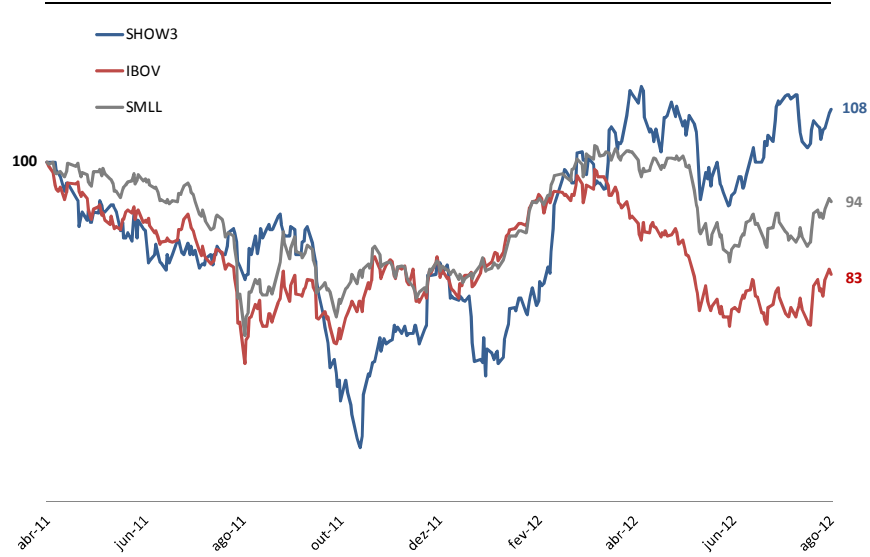
Adicionalmente, verificamos importante crescimento da liquidez de nossas ações. Nosso volume médio diário negociado aumentou de R\$1,93MM em 2011 para R\$2,65MM em 2012, ou seja, um crescimento de 37%, enquanto que a quantidade de ações média negociada diariamente saltou de 138 mil para 173 mil, ou seja, um crescimento de 25%.

Nos gráficos abaixo demonstramos a evolução das ações da Companhia no ano de 2012 e desde IPO em comparação a alguns índices:



Performance relativa de SHOW3 - Desde IPO

(Base 100)



* * *

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, tais como teatros, ginásios e estádios.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aumento do seu capital social em R\$187.586, correspondendo a 11.724.138 ações ordinárias de sua emissão. Os custos incorridos com a oferta dessas ações, no montante de R\$9.665 líquidos dos efeitos tributários, foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido.

A Companhia administra três casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana, Copa Mini Challenge e a Copa Petrobrás de Marcas. Juntas, elas compõem o principal evento automobilístico nacional.

A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a administrar uma nova casa de espetáculos em Belo Horizonte denominada Chevrolet Hall.

Em curso de seu plano de expansão operacional, em março de 2012 a Companhia adquiriu o controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. e iniciou nova atividade no segmento de comércio, locação de equipamentos e acessórios gerais para a promoção de eventos de qualquer natureza.

A controladora imediata do Grupo T4F é a F.A. Comércio e Participações (“F.A. Part.”), com participação de 28,14% na mesma.

Notas Explicativas

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres e semestres apresentados e nas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

Notas Explicativas

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

Notas Explicativas

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial, conforme nota explicativa nº 27.

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que

Notas Explicativas

consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e os custos antecipados a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois, o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

As debêntures são registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência e entrega dos ingressos.

Notas Explicativas

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais

Notas Explicativas

contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da

Notas Explicativas

operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: (1) mantidos até o vencimento; (2) disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Notas Explicativas

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

x) Pagamentos baseados em ações

Os contratos de outorga dos pagamentos baseados em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses instrumentos seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e, portanto estavam registrados como reservas de capital no patrimônio líquido com contrapartida em conta do passivo, denominada passivo financeiro. Entretanto, referidos contratos determinam também que no advento do processo de oferta pública de distribuição de ações - IPO, a Companhia deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Notas Explicativas

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, como demonstrado na nota explicativa nº 1, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em instrumento de patrimônio, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos

Notas Explicativas

incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Reclassificação

Os gastos líquidos com a emissão de ação anteriormente apresentados como redução do capital social em 31 de dezembro de 2011, foram reclassificados para conta específica de reserva no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos anteriormente apresentados brutos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados no nível de entidade legal e estão sendo apresentados pelo líquido.

Para fins de melhor apresentação, certos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 dos grupos de “Contas a receber” e “Fornecedores” para “Outras contas a receber” e “Outras obrigações”, respectivamente.

cc) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de junho de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas e suas respectivas alterações existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de junho de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Notas Explicativas

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Até a data de encerramento do trimestre findo em 30 de junho de 2012, nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

Notas Explicativas

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixas e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Notas Explicativas

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o semestre, sobre o patrimônio líquido no início do semestre, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	-

<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.

Notas Explicativas

- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheterias, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A.- 95%, Ticketmaster Argentina S.A. - 95%, Ticketek Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 95%, Pop Art S.A. - 100%, T4F Chile S.A. - 99,31%, Ticketmaster Chile S.A. - 99,35% e B.A. Inversiones S.A. - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 5%, Ticketek Argentina S.A. - 95% e Ticketmaster Argentina S.A. - 5%.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida – EUA tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket CO. SpA. (controlada integral - 100%), localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (controlada – 69,48%) – tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral além de serviços de consultoria e assessoria organizacional de projetos e produção de eventos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Caixa e bancos	11.094	7.946	19.395	24.354
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	2.020	5.434
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	22.617	60.982	31.125	65.905
Operação compromissada - DI (c)	151.158	156.083	160.210	166.161
Money Market (d)	-	-	525	1.423
Total	<u>184.869</u>	<u>225.011</u>	<u>213.275</u>	<u>263.277</u>

- a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- b) CDB a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 96,5% a 101% da variação do CDI (98% a 102% em 31 de dezembro de 2011), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por uma taxa média de 98,9% (100% em 31 de dezembro de 2011) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 30 de junho de 2012, o saldo é de US\$260 mil.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da mesma ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa é de R\$6.573 (R\$14.457 em 31 de dezembro de 2011). Em 30 de junho de 2012, estavam aplicados R\$4.990 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100,1% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

Notas Explicativas**8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Cientes faturados (i)	3.351	4.401	22.817	14.836
Bilheteria (ii)	30.697	21.289	51.129	28.302
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	50.464	16.757	52.393	17.896
Total das contas a receber	84.512	42.447	126.339	61.034
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(119)	(144)	(1.149)	(1.072)
Total	84.393	42.303	125.190	59.962

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
A vencer:	83.994	40.909	101.513	51.377
Vencidas:				
Até 30 dias	131	1.390	15.990	2.895
De 31 a 60 dias	-	4	3.208	2.990
De 61 a 90 dias	334	-	1.150	378
De 91 a 180 dias	-	39	558	928
Há mais de 180 dias	53	105	3.920	2.466
Total das contas a receber	84.512	42.447	126.339	61.034

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	144	1.072
Adições	-	102
Reversões e baixas	(25)	(25)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>119</u>	<u>1.149</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	1.177	1.178	7.608	4.542
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.265	400	1.559	3.059
Programa de Integração Social - PIS	-	18	47	78
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	81	215	360
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	1.302	259
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	1.541	4.351
Outros	351	145	1.000	532
Total	<u>2.793</u>	<u>1.822</u>	<u>13.272</u>	<u>13.181</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	12.454	3.714	17.316	6.991
Outros	533	217	2.111	517
Total	<u>12.987</u>	<u>3.931</u>	<u>19.427</u>	<u>7.508</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados.

Notas Explicativas

11. CUSTOS ANTECIPADOS

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente e já faturados pelos respectivos fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, e substancialmente representados por cachês dos artistas e itens de produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida de sua realização.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Eventos, shows e espetáculos contratados	20.538	23.870	93.453	50.668
Outros	1.383	556	3.039	2.479
Total	21.921	24.426	96.492	53.147
Circulante	21.890	24.303	96.390	52.520
Não circulante	31	123	102	627

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo

a) Em 30 de junho de 2012

Controladora

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa) financeira
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	-	1.000	-
B.A. Inversiones S.A.	446	-	10
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	5.358	-	313
F.A. Comércio e Participações S.A.	39	-	2
Metropolitan Empreendimentos S.A.	348	639	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	724	-	103
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	128	33	-
T4F Chile S.A. (iv)	1.090	14.233	(1.263)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	4.398	1.168	31
T4F Inversiones S.A. (ii)	13.026	-	494
T4F USA Inc.	-	292	(65)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	161	10	-
Total	25.718	17.375	(375)

Notas ExplicativasConsolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Receita (Despesa) financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	8.324	-	439
F.A. Comércio e Participações S.A.	73	-	2
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	<u>724</u>	<u>-</u>	<u>103</u>
Total	<u><u>9.121</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>544</u></u>

b) Em 31 de dezembro de 2011

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-
B.A. Inversiones S.A.	435	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	4.072	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	-	252
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	1.260	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	90
T4F Chile S.A. (iv)	-	14.276
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.784	-
T4F Inversiones S.A. (ii)	12.532	-
T4F USA Inc.	-	271
Vicar Promoções Desportivas S.A.	<u>108</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>20.268</u></u>	<u><u>14.889</u></u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	6.069	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	<u>1.260</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>7.329</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) Representado principalmente pelo valor a receber do contrato de mútuo assinado em

Notas Explicativas

1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.

- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V., Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos em 30 de junho de 2012, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V. os montantes de R\$6.082 na controladora e de R\$9.048 no consolidado, e possui a receber da Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. os montantes de R\$157 na controladora e consolidado (o saldo remanescente refere-se a valores oriundos de gastos operacionais com eventos). Esses saldos são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros das debêntures.

A parcela de dividendos distribuídos pela Companhia e pagos em 30 de março de 2011 ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse valor.

Em 27 de abril de 2012, conforme Assembleia Geral Ordinária foi deliberada a que a parcela de dividendos distribuídos pela Companhia a serem pagos em 11 de julho de 2012, no montante de R\$1.393, seriam retidos para liquidação parcial dos saldos em aberto

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil parcialmente amortizado em maio de 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

Notas Explicativas

- (v) Valor referente a contribuição de capital da Companhia na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A, cuja participação foi adquirida em 30 de março de 2012.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

<u>Controladora</u>	01/04/12 a 30/06/12			01/01/12 a 30/06/12		
	<u>Remuneração</u>			<u>Remuneração</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>
Conselho de Administração	61	-	61	123	-	123
Diretores estatutários	1.179	4.147	5.326	2.334	4.147	6.481
Total	1.240	4.147	5.387	2.457	4.147	6.604

<u>Controladora</u>	01/04/11 a 30/06/11			01/01/11 a 30/06/11		
	<u>Remuneração</u>			<u>Remuneração</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>
Conselho de Administração	61	-	61	123	-	123
Diretores estatutários	1.299	2.282	3.581	2.324	2.282	4.606
Total	1.360	2.282	3.642	2.447	2.282	4.729

<u>Consolidado</u>	01/04/12 a 30/06/12			01/01/12 a 30/06/12		
	<u>Remuneração</u>			<u>Remuneração</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>Variável (*)</u>	<u>Total</u>
Conselho de Administração	61	-	61	123	-	123
Diretores estatutários	1.373	4.462	5.835	2.630	4.465	7.095
Total	1.434	4.462	5.896	2.753	4.465	7.218

Notas Explicativas

Consolidado	01/04/11 a 30/06/11			01/01/11 a 30/06/11		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	61	-	61	123	-	123
Diretores estatutários	1.384	2.410	3.794	2.494	2.494	4.988
Total	1.445	2.410	3.855	2.617	2.494	5.111

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no período. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores para a controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 foi fixado em R\$11.200.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**a) Informações das controladas****a.1) 30 de junho de 2012**

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro	Participação - %	Equivalência	Investimentos
		(prejuízo) líquido do semestre		patrimonial em 30/06/12	em controladas em 30/06/12
Área Marketing Brasil Ltda.	947	(177)	99,99	(177)	947
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	20.462	(1.541)	69,48	(1.071)	14.217
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.678	(447)	99,99	(447)	8.678
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	8.298	3.415	99,99	3.415	8.298
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	57.223	283	100,00	283	57.223
T4F USA Inc.	1.335	(783)	100,00	(783)	1.335
Ticket Co. SpA.	535	542	100,00	542	535
Vicar Promoções Desportivas S.A.	13.890	2.487	75,00	1.865	10.418
Total				3.627	101.651

Notas Explicativas

a.2) 31 de dezembro de 2011

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas em 2011
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	79	99,99	1.124
Metropolitan Empreendimentos S.A.	9.126	890	99,99	9.126
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	4.883	6.431	99,99	4.883
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.371	5.482	100,00	51.371
T4F USA Inc.	2.020	627	100,00	2.020
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.402	4.030	75,00	8.552
Total				<u>77.076</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 30 de junho de 2012

	Controladora
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2011	77.076
Equivalência patrimonial	3.627
Variação cambial na conversão de operações no exterior	5.660
Aquisição de controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (i)	15.288
Saldo do investimento líquido em 30 de junho de 2012	<u>101.651</u>

- (i) Em 30 de março de 2012 a Companhia realizou: (i) aquisição de participação societária da referida empresa no valor de R\$4.000; (ii) contribuição de capital no valor de R\$13.300, sendo R\$12.300 em equipamentos e R\$1.000 em caixa, a ser liquidado em período subsequente, perfazendo um investimento total de R\$ 17.300, dos quais R\$2.012 estão registrados como ágio na aquisição de investimentos.

a.4) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 30 de junho de 2011

	Controladora
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	1.539
Variação cambial na conversão de operações no exterior	(2.366)
Dividendos de controladas	(3.868)
Saldo do investimento líquido em 30 de junho de 2011	<u>59.787</u>

Notas Explicativasb) **Ágio na aquisição de investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.204	83.205	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (v)	-	-	6.770	6.608
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (vi)	2.012	-	2.012	-
Total	130.730	128.717	137.500	135.325

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.

Notas Explicativas

- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido à zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000 mil. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660 mil, e de R\$506, equivalente a US\$270 mil, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, as controladas adquiriram os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais

Notas Explicativas

ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a serem testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.

- (vi) Até a data de encerramento das informações trimestrais de 30 de junho de 2012, o estudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., encontrava-se em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2012 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade reconhecerá retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição, no entanto, não são esperados efeitos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2011, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 11,92% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

Incremento na receita líquida

A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada em períodos anteriores ao período em que foram efetuadas as projeções.

Margem bruta projetada

- Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

- Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.

Notas Explicativas**14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS****a) Composição do imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
		Custo reavaliado:			
Terrenos	-	-	-	477	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	74.333	82.871	99.110	106.999
Móveis e utensílios	6	4.783	7.110	9.417	11.090
Máquinas e equipamentos	7	10.923	14.532	29.229	19.408
Equipamentos de processamento de dados	17	6.405	5.800	10.835	9.778
Estruturas	10	15	-	10.039	-
Veículos	20	734	661	5.058	4.195
Adiantamento de imobilizado	-	165	150	172	176
Total		97.358	111.124	164.337	152.111

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
		Depreciação acumulada:			
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.688)	(76.395)	(90.407)	(93.165)
Móveis e utensílios	6	(2.329)	(2.181)	(5.107)	(4.618)
Máquinas e equipamentos	7	(4.839)	(4.638)	(8.434)	(7.118)
Equipamentos de processamento de dados	17	(4.203)	(3.668)	(7.802)	(6.892)
Estruturas	10	-	-	(444)	-
Veículos	20	(366)	(303)	(1.077)	(728)
Total		(84.425)	(87.185)	(113.271)	(112.521)

Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	477	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		1.645	6.476	8.703	13.834
Móveis e utensílios		2.454	4.929	4.310	6.472
Máquinas e equipamentos		6.084	9.894	20.795	12.290
Equipamentos de processamento de dados		2.202	2.132	3.033	2.886
Estruturas		15	-	9.595	-
Veículos		368	358	3.981	3.467
Adiantamento de imobilizado		165	150	172	176
Total		12.933	23.939	51.066	39.590

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras

Notas Explicativas

civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Custo	-	4.941	4.874	12.247	11.728
Amortização	20	(3.096)	(2.824)	(8.927)	(8.375)
Total		1.845	2.050	3.320	3.353

c) Composição do imobilizado reavaliado:

c.1) 30 de junho de 2012

	30/06/12		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.522	(25.522)	-
Móveis e utensílios	780	(299)	481
Máquinas e equipamentos	2.300	(601)	1.699
Equipamentos de processamento de dados	367	(250)	117
	28.969	(26.672)	2.297
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(781)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2012			1.516

Notas Explicativas

	30/06/12		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.522	(25.522)	-
Móveis e utensílios	1.370	(673)	697
Máquinas e equipamentos	4.104	(1.621)	2.483
Equipamentos de processamento de dados	494	(361)	133
	<u>31.490</u>	<u>(28.177)</u>	<u>3.313</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.126)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(671)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2012			<u>1.516</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

c.2) 31 de dezembro de 2011

	31/12/11		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	789	(281)	508
Máquinas e equipamentos	2.339	(568)	1.771
Equipamentos de processamento de dados	367	(239)	128
	<u>30.369</u>	<u>(27.962)</u>	<u>2.407</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(818)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

Notas Explicativas

	31/12/11		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.378	(642)	736
Máquinas e equipamentos	4.151	(1.567)	2.584
Equipamentos de processamento de dados	494	(346)	148
	<u>32.897</u>	<u>(29.429)</u>	3.468
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.179)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(700)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Saldo inicial	23.939	12.123	39.590	23.452
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	341	635	571	1.409
Móveis e utensílios	150	246	712	489
Máquinas e equipamentos	764	357	14.105	457
Equipamentos de processamento de dados	640	280	926	339
Estruturas	587	-	10.560	-
Veículos	73	-	949	1.670
Adiantamento de imobilizado	15	150	15	150
Total de adições	<u>2.570</u>	<u>1.668</u>	<u>27.838</u>	<u>4.514</u>
Baixas líquidas	(12.267)	-	(12.275)	(12)
Depreciação	(1.309)	(981)	(4.216)	(2.133)
Efeitos de variação cambial	-	-	129	(320)
Saldo final	<u>12.933</u>	<u>12.810</u>	<u>51.066</u>	<u>25.501</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$930, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

Notas Explicativas

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Saldo inicial	2.050	1.944	3.353	2.161
- Software	67	378	322	393
(-) Amortização	(272)	(248)	(404)	(314)
Outras	-	-	49	(20)
Saldo final	<u>1.845</u>	<u>2.074</u>	<u>3.320</u>	<u>2.220</u>

Anualmente, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são submetidos ao teste de "impairment", com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, para avaliação da existência de eventuais perdas a serem reconhecidas. Em 31 de dezembro de 2011, a análise de "impairment" preparada pela Administração da Companhia não indicou nenhuma perda a ser registrada.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Fornecedores nacionais	23.727	17.225	48.476	35.813
Fornecedores estrangeiros	67	6.100	1.783	8.175
Total	<u>23.794</u>	<u>23.325</u>	<u>50.259</u>	<u>43.988</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Debêntures (a)	CDI + 1,47 a 2,09	115.654	135.681	115.654	135.681
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 18,75%	-	-	10.627	-
Total		<u>115.654</u>	<u>135.681</u>	<u>126.281</u>	<u>135.681</u>
Parcela do passivo circulante		40.654	41.931	51.281	41.931
Parcela do passivo não circulante		75.000	93.750	75.000	93.750

Notas Explicativas

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

a.1) Em 30 de junho de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.
- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
- vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
- viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
- x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Notas Explicativas

a.2) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
- iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2013	18.750
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u>75.000</u>

b) Empréstimos e financiamentos

No trimestre findo em 30 de junho de 2012, as controladas argentinas adquiriram linha de crédito junto ao Banco Itaú para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows de grandes artistas internacionais que deverão se apresentar ainda em 2012.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente e com vencimento em 30 de julho de 2012 e renovação automática junto à instituição financeira. Em 30 de junho de 2012, a controlada adquirente, T4F Entretenimento Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas e descritas a seguir:

- i) Modificações na situação patrimonial do prestador da garantia, fiador ou avalista conforme o caso;
- ii) Falha ou inexatidão de qualquer das declarações e garantias formuladas no requerimento da linha de crédito;
- iii) Caso a adquirente do empréstimo entre em concordata ou falir, ou estes requerimentos forem pedidos por terceiros;
- iv) Caso a adquirente do empréstimo proponha um acordo preventivo extrajudicial com seus credores ou incorrer no não pagamento dos mesmos;

Notas Explicativas

- v) Não cumprimento de qualquer outra obrigação que a adquirente tenha contraído com o banco ou com qualquer outro credor, seja este financeiro ou não;
- vi) Se a adquirente se negar a facilitar as verificações ou reemitir as informações que conforme mencionado em contrato é obrigada a apresentar ao Banco ou ao Banco Central da Republica Argentina.
- vii) Falta de pagamento dos juros e do principal em seu vencimento;
- viii) Caso seja ordenado algum embargo, restrição ou outra medida cautelar sobre os bens da adquirente;
- ix) Seja identificado qualquer outra circunstancia que a critério do banco afete a solvência da adquirente (incluindo, mas não se limitando a liberação de cheques sem fundos suficientes da adquirente; sua suspensão ou inabilitação para operar pagamentos; o protesto de documentos garantidos e endossados entregues pela adquirente; o fechamento de suas contas correntes
- x) A adquirente se obriga a comunicar previamente ao Banco qualquer processo de reorganização societária, modificação de seu objeto social, mudança de controle direto ou indireto que a mesma esteja envolvida.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
COFINS a recolher	1.745	2	1.945	203
PIS a recolher	379	1	425	47
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.863	4.659	4.312	5.069
Parcelamento - ISS	-	-	-	170
IRPJ e CSLL a recolher	-	1.245	4.911	5.063
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	672	615	672	615
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	2	148	42
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	293	1.000
IVA	-	-	147	1.558
PIS e COFINS - parcelamento	-	78	-	78
Outros	295	463	219	1.342
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	838	1.010
Passivo circulante	<u>6.954</u>	<u>7.065</u>	<u>13.910</u>	<u>16.197</u>
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	5.736	6.113	5.736	6.113
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	195	-
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.958	2.313
Passivo não circulante	<u>5.736</u>	<u>6.113</u>	<u>7.889</u>	<u>8.426</u>

Notas Explicativas

(a) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, para pagamento em 120 meses, cujo início foi a partir de junho de 2011. Em 30 de junho de 2012, o saldo remanescente era de R\$4.945.

(b) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei Municipal nº 15.406/11

Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a reabertura do prazo, no exercício de 2011, para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários administrados pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada pela Administração e de seus assessores jurídicos como sendo possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 pela Prefeitura do Município de São Paulo sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de pleito de parcelamento.

Sendo assim, o valor consolidado foi negociado para pagamento em 120 meses.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012 os débitos tributários inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme Lei 15.406/11, totalizam R\$1.463.

- (c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.
- (d) No semestre findo em 30 de junho de 2012 as controladas no exterior T4F Entretenimento Argentina S.A (i, ii) e Ticketeck Argentina S.A (iii) são participantes de programas de negociação de impostos junto as autoridades fiscais locais argentinas para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 3 de novembro de 2009 e 25 de fevereiro de 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 29 e 32 meses respectivamente); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 31 de agosto de 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 86 meses); (iii) imposto sobre a renda (adesão feita em 1º de julho de 2009, com período total negociado de 36 meses, com saldo remanescente a ser liquidado no curto prazo).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Contratos de “naming rights” (a)	1.065	1.253	3.887	1.739
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	25.532	7.361	30.938	19.086
Eventos privados (b.2)	1.340	600	2.171	1.100
Vendas antecipadas de ingressos (c)	49.833	46.522	88.678	47.347
Intermediação de shows	-	-	682	114
Passivo circulante	<u>77.770</u>	<u>55.736</u>	<u>126.356</u>	<u>69.386</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de

Notas Explicativas

mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente as empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	30/06/12	31/12/11
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	-	3
A Família Addams	11 7286	13.617	4.581	8.650
Mamma Mia	09 7620	13.396	361	1.490
Sky Mirage	10 12564	5.893	-	51
Titanic	10 12582	2.986	-	1.136
Total		41.859	4.942	11.330

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/11	Adições	Baixas	30/06/12
As Bruxas de Eastwick	3	35	(38)	-
A Família Addams	8.650	1.160	(5.229)	4.581
Mamma Mia	1.490	160	(1.289)	361
Sky Mirage	51	5	(56)	-
Titanic	1.136	28	(1.164)	-
Total	11.330	1.388	(7.776)	4.942

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE Internacional S.A. de C.V. será responsável por 100% das contingências apuradas) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso a responsabilidade da CIE Internacional S.A. de C.V. e de Fernando Luiz Alterio será devida na proporção das respectivas participações então detidas à época do fato gerador), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5.000, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE Internacional S.A. de C.V. é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 30 de junho de 2012 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia e suas controladas o valor total de R\$8.324, conforme nota explicativa nº 12.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis,

Notas Explicativas

previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Trabalhistas	7.763	7.376	8.612	8.144
Cíveis	10.445	8.059	11.770	9.374
Tributários	955	1.756	3.516	4.597
Total	19.163	17.191	23.898	22.115
Circulante	1.393	3.034	1.772	3.182
Não circulante	17.770	14.157	22.126	18.933

20.1) Provisões tributárias

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza tributária cuja probabilidade de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$3.516 em 30 de junho de 2012 (R\$4.597 em 31 de dezembro de 2011). Desta provisão, R\$670 se referem a processos judiciais tributários (R\$574 em 31 de dezembro de 2011).

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$31.434 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2012, o montante global desses processos, classificados como perda possível é de aproximadamente R\$7.371, não há processos classificados como perda provável. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011, que

Notas Explicativas

reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 30 de junho de 2012, é de R\$4.365. Conforme assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse caso é possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde, neste auto de infração e imposição de multa, se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2012, o valor atualizado do processo é R\$8.938.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2012, o valor atualizado do processo é R\$2.659.

20.2) Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza trabalhista e previdenciária cuja probabilidade de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos que totaliza R\$8.612 em 30 de junho de 2012 (R\$8.144 em 31 de dezembro de 2011). Desta provisão R\$4.001 se referem a processos judiciais trabalhistas (R\$4.347 em 31 de dezembro de 2011).

Em 30 de junho de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$11.771 (R\$8.144 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 30 de junho de 2012 encontra-se em fase de execução da sentença proferida em primeira instância, não havendo recurso pendente de julgamento. O valor bruto em discussão é de R\$1.920. Em 26 de abril de 2012 a Companhia ajuizou perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo uma Ação Rescisória do julgado que reconheceu o vínculo de emprego entre as partes, e aguarda

Notas Explicativas

sentença. A classificação de perda da Companhia nesta Ação Rescisória é classificada como possível pelos assessores jurídicos.

- b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante questiona, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia e todas as empresas acionadas apresentaram defesa em 10 de dezembro de 2010, sendo que o processo aguarda instrução (produção de provas) e o julgamento, sendo o valor envolvido em 30 de junho de 2012 é de aproximadamente R\$4.102, cuja probabilidade de perda é possível.
- c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Pablo Tarantini contra T4F Entretenimientos Argentina S.A. e a Companhia. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A controlada, citada em 22 de junho de 2012, apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 30 de junho de 2012 é de R\$2.897, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza cível no montante de R\$11.770 em 30 de junho de 2012, classificadas como risco de perda provável (R\$9.374 em 31 de dezembro de 2011). Desta provisão R\$10.639 se referem a processos judiciais (R\$8.378 em 31 de dezembro de 2011). As principais alegações no Brasil advêm de violação às normas consumistas e na Argentina perseguem-se responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$63.563 (R\$61.514 em 31 de dezembro de 2011).

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$30.406 em 30 de junho de 2012, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da

Notas Explicativas

cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

- b) A Companhia é autora reconvida em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Em 30 de junho de 2012 a estimativa atualizada do referido processo é R\$9.589.
- c) Em 12 de agosto de 2011 a Companhia entrou com ação contra a TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A. Neste processo discute-se a rescisão de contrato de patrocínio firmado entre as partes. Em 16 de agosto de 2011, foi distribuída ação das autoras TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A contra a Companhia, na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de setembro de 2011 a Companhia apresentou sua contestação da ação. Atualmente os dois processos tramitam juntos na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Em 30 de junho de 2012, o montante em discussão é de aproximadamente R\$3.309, e a probabilidade de perda da Companhia, foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.
- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, tendo havido sentença de improcedência do pedido do Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo autor, que foi julgado parcialmente provido em 17 de janeiro de 2012, para: (a) condenar a Companhia na devolução em dobro da denominada “taxa de entrega”, também chamada de “taxa de retirada” ou “Will Call”, quando cobrada sem a devida contraprestação, qual seja a entrega dos ingressos no domicílio do consumidor ou em outro endereço por ele indicado; (b) condenar a Companhia em obrigação de fazer, consistente na disponibilização aos consumidores, que optarem por adquirir os ingressos pelos meios que permitem a cobrança de taxa de conveniência, de forma igualitária, o acesso à escolha dos diversos tipos de assentos disponibilizados para as bilheterias oficiais (em que não é cobrada a referida taxa) e (c) manteve-se a sentença de primeiro grau no que se refere a licitude da cobrança, pela Companhia, da denominada taxa de conveniência. A Companhia apresentou recursos contra esta decisão e aguarda o seu julgamento definitivo. O valor

Notas Explicativas

da condenação, se mantida a decisão recorrida, deve ser apurado em liquidação da decisão. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda da Companhia, em relação ao item (a) acima é provável, em relação ao item (b) possível e em relação ao item (c) remota.; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia apresentou defesa e em 29 de maio de 2012 onde, a ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e, procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado, no local do evento. Neste último ponto a Companhia foi condenada na restituição de valores atualizados monetariamente desde a data do desembolso, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento), ao mês, desde a data da citação. Aos consumidores que assim pleitearem e se habilitarem nos autos do processo respeitados os prazos de decadência e prescrição. A Companhia apresentará, em seus devidos prazos, os recursos cabíveis, para a reforma da sentença no aspecto que lhe foi desfavorável. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2012 a estimava do valor atualizado atribuído para referido processo é de R\$502.

- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.
- f) A Companhia é parte ativa de duas ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a mesma opera suas casas de espetáculos como segue:
 - (i) Credicard Hall – São Paulo, ação de julho de 2009, que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a empresa Horácio Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda. Em 30 de maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de 15 de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2012, estimada no valor de R\$9.984.
 - (iii) Citibank Hall - Rio de Janeiro, ação de 20 de setembro de 2011, que tramita na 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, movida contra as partes: Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, ROVIP S.A., PRECE – Previdência Privada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema BANERJ –

Notas Explicativas

PREVIBANERJ, Janaf Empreendimentos e Participações Ltda., Arocenter Empreendimentos e Participações Ltda., e o Fundo de Investimentos Imobiliários Via Parque Shopping. Em 28 de junho de 2012 a Companhia e a parte ré chegaram ao fim das tratativas para renovação do contrato de locação, e assinaram aditivo ao contrato originário de locação, prorrogando a vigência de tal contrato por mais seis anos, com início a partir de 1º de julho de 2012 e término em 1º de julho de 2018. O acordo será noticiado no processo em questão, para o fim de sua extinção considerando a perda de objeto.

- g) Em 16 de Dezembro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Governador e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ver declarada, de forma incidental, a inconstitucionalidade de artigos da Lei Estadual n.º 6.103, promulgada em 8 de dezembro de 2011. A citada lei veio regulamentar, no Estado do Rio de Janeiro, a cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviços de venda de ingressos pela internet e/ou pelo telefone. A Companhia fez pedido liminar visando afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia e suas controladas o cumprimento de tais artigos da lei citada, quando da venda de ingressos para os shows já divulgados e para aqueles que venha promover, no Estado do Rio de Janeiro. O pedido liminar foi indeferido e posteriormente, a ação foi julgada extinta, sendo que há recurso da Companhia pendente de julgamento, e aguarda-se que as autoridades coatoras sejam intimadas a prestar suas informações, no processo. Conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse processo é possível.

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/2011	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/12
Trabalhistas	7.376	717	(557)	227	7.763
Cíveis	8.059	2.515	(129)	-	10.445
Tributários	1.756	(502)	-	(299)	955
Total	17.191	2.730	(686)	(72)	19.163

Consolidado	31/12/2011	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/12
Trabalhistas	8.144	757	(557)	253	15	8.612
Cíveis	9.374	2.388	(129)	108	29	11.770
Tributários	4.597	(992)	-	(131)	42	3.516
Total	22.115	2.153	(686)	230	86	23.898

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2012, o capital social da Companhia é de R\$238.124 representado por 69.290.620 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os gastos com emissão de ações no montante de R\$9.665, líquidos dos efeitos tributários, estão apresentados em conta redutora específica no Patrimônio Líquido.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4/1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia, incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 12 de julho de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas com recursos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme descrito na nota explicativa nº 31. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

Em 27 de junho de 2012, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 45.531 ações subscritas e integralizadas com recursos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme descrito na nota explicativa nº 31. A liquidação das ações ocorreu em julho de 2012, no montante de R\$445.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

Os dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$14.265, foram pagos em período subsequente ao fechamento destas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 35).

c) Reserva legal

De acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

Notas Explicativas

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2012, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, no montante de R\$11.059 (ganho acumulado de R\$5.398 em 31 de dezembro de 2011).

f) Reserva de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 31, em 13 de abril de 2011, o plano de opção de compras de ações da Companhia foi convertido de passivo financeiro para instrumento de patrimônio. Portanto, naquela data, a Companhia transferiu para o patrimônio na rubrica Reserva de capital, o montante de R\$2.549 e na mesma data efetuou a avaliação deste instrumento ao seu valor justo. A despesa correspondente à contraprestação dos serviços do semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$157, registrados no resultado contra reserva de capital (R\$4.258 em 31 de dezembro de 2011).

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	147.675	242.816	145.879	181.821
Receita bruta de produtos	130	409	-	-
Impostos incidentes	(19.135)	(31.236)	(19.481)	(22.392)
Receita líquida	<u>128.670</u>	<u>211.989</u>	<u>126.398</u>	<u>159.429</u>

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	205.986	320.280	202.150	288.717
Receita bruta de produtos	9.306	15.591	7.852	9.775
Impostos incidentes	(24.561)	(38.806)	(25.691)	(32.111)
Receita líquida	<u>190.731</u>	<u>297.065</u>	<u>184.311</u>	<u>266.381</u>

Notas Explicativas**23. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-	25	(42)	(98)
Serviços de terceiros	(2.942)	(7.919)	(6.117)	(9.759)
Utilidades e facilidades	(890)	(1.745)	(702)	(1.349)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(9.488)	(17.624)	(10.975)	(18.393)
Outras receitas (despesas) operacionais	(268)	(608)	1.486	454
Despesas operacionais	<u>(13.588)</u>	<u>(27.871)</u>	<u>(16.350)</u>	<u>(29.145)</u>
Gerais e administrativas	(8.201)	(21.267)	(12.708)	(24.416)
Remuneração dos administradores	(5.387)	(6.604)	(3.642)	(4.729)
Total das despesas por natureza	<u>(13.588)</u>	<u>(27.871)</u>	<u>(16.350)</u>	<u>(29.145)</u>
	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(98)	(77)	64	(109)
Serviços de terceiros	(5.608)	(12.933)	(11.043)	(16.884)
Utilidades e facilidades	(2.272)	(3.214)	(821)	(1.585)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(13.951)	(27.414)	(15.052)	(26.799)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.477)	(1.839)	3.084	1.693
Despesas operacionais	<u>(23.406)</u>	<u>(45.477)</u>	<u>(23.768)</u>	<u>(43.684)</u>
Gerais e administrativas	(17.510)	(38.259)	(19.913)	(38.573)
Remuneração dos administradores	(5.896)	(7.218)	(3.855)	(5.111)
Total das despesas por natureza	<u>(23.406)</u>	<u>(45.477)</u>	<u>(23.768)</u>	<u>(43.684)</u>

Notas Explicativas**24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES**

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Salários e bonificações	(5.856)	(10.460)	(6.732)	(10.887)
Despesa de férias	(469)	(939)	(399)	(810)
Despesa de 13º salário	(332)	(636)	(289)	(571)
Encargos sociais	(1.835)	(3.625)	(1.655)	(3.192)
Participação nos resultados - bônus	(882)	(1.336)	(637)	(896)
Pagamentos baseados em ações	(78)	(157)	(694)	(1.077)
Outros benefícios a empregados (i)	(632)	(1.506)	(939)	(1.604)
Total de despesas com benefícios a empregados	(10.084)	(18.659)	(11.345)	(19.037)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(596)	(1.035)	(370)	(644)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(9.488)	(17.624)	(10.975)	(18.393)
	(10.084)	(18.659)	(11.345)	(19.037)
	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Salários e bonificações	(9.490)	(18.418)	(11.673)	(19.312)
Despesa de férias	(643)	(1.275)	(550)	(1.121)
Despesa de 13º salário	(603)	(1.107)	(507)	(1.018)
Encargos sociais	(2.979)	(6.072)	(2.513)	(5.004)
Participação nos resultados - bônus	(882)	(1.321)	(725)	(1.020)
Pagamentos baseados em ações	(78)	(157)	(694)	(1.077)
Outros benefícios a empregados (i)	(2.997)	(4.634)	(1.493)	(2.664)
Total de despesas com benefícios a empregados	(17.672)	(32.984)	(18.155)	(31.216)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(3.721)	(5.570)	(3.103)	(4.417)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(13.951)	(27.414)	(15.052)	(26.799)
	(17.672)	(32.984)	(18.155)	(31.216)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(134)	(364)	(61)	(129)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(124)	(183)	(78)	(152)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(985)	-	-
Multas - processos contingentes	(13)	(13)	-	-
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	-	(189)	(315)
Juros com debêntures	(2.957)	(6.921)	(4.859)	(9.391)
Outras	(469)	(614)	(357)	(486)
Total	(3.697)	(9.080)	(5.544)	(10.473)

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(543)	(1.108)	(297)	(693)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(948)	(1.272)	(512)	(1.033)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(985)	-	-
Multas - processos contingentes	(20)	(20)	-	(12)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	-	(189)	(315)
Juros com debêntures	(2.957)	(6.921)	(4.859)	(9.391)
Outras	(477)	(725)	(414)	(712)
Total	(4.945)	(11.031)	(6.271)	(12.156)

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Receitas financeiras:				
Juros ativos	312	567	4.604	4.655
Rendimentos de aplicações financeiras	3.309	8.427	5.099	6.989
Outras	78	91	12	13
Total	3.699	9.085	9.715	11.657

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Receitas financeiras:				
Juros ativos	482	984	4.717	5.051
Rendimentos de aplicações financeiras	3.638	9.100	5.587	7.910
Outras	15	108	34	43
Total	4.135	10.192	10.338	13.004

Notas Explicativas

	Controladora			
	01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11
	a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11	a 30/06/11
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.031)	(5.371)	(1.166)	(1.809)
Ativas	1.658	4.491	1.117	1.739
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	52	52	(137)	(294)
Ativas	-	7	28	64
Total	(321)	(821)	(158)	(300)

	Consolidado			
	01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11
	a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11	a 30/06/11
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.677)	(6.379)	(2.439)	(3.522)
Ativas	1.766	3.588	1.495	2.750
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	35	9	(174)	(366)
Ativas	(35)	(18)	41	94
Total	(911)	(2.800)	(1.077)	(1.044)

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11
	a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11	a 30/06/11
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.940)	(2.730)	(27)	1.809
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(69)	(267)	(2)	(2)
Receita de bonificação	45	78	97	97
Outras receitas operacionais, líquidas	(220)	199	(542)	(74)
Total	(2.184)	(2.720)	(474)	1.830

	Consolidado			
	01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11
	a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11	a 30/06/11
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.720)	(2.153)	(57)	2.887
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(77)	(275)	34	(2)
Receita de bonificação	400	660	1.124	1.124
Outras receitas operacionais, líquidas	879	1.101	(468)	371
Total	(518)	(667)	633	4.380

Notas Explicativas**27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
IRPJ e CSLL diferidos	(3.039)	(5.785)	(20.090)	(20.340)
Total	<u>(3.039)</u>	<u>(5.785)</u>	<u>(20.090)</u>	<u>(20.340)</u>

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Despesa de IRPJ corrente	(4.350)	(4.877)	(1.572)	(2.802)
Despesa de CSLL corrente	(339)	(515)	(423)	(454)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(2.666)</u>	<u>(4.894)</u>	<u>(19.975)</u>	<u>(20.214)</u>
Total	<u>(7.355)</u>	<u>(10.286)</u>	<u>(21.970)</u>	<u>(23.470)</u>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	16.541	20.348	28.422	29.511
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(5.624)	(6.918)	(9.664)	(10.034)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(4)	(47)	(59)	(63)
Resultado de equivalência patrimonial	2.280	1.233	59	523
Plano de remuneração baseado em ações	(26)	(53)	(237)	(367)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	-	(11.391)	(11.391)
Outras	335	-	1.202	992
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(3.039)</u>	<u>(5.785)</u>	<u>(20.090)</u>	<u>(20.340)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	20.921	25.001	30.845	33.233
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(7.113)	(8.500)	(10.487)	(11.299)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	6	(37)	(66)	(72)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(577)	(577)	(114)	(89)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	761	809	453	365
Controlada tributada no exterior	(1.038)	(1.928)	(1.439)	(1.722)
Plano de remuneração baseado em ações	(26)	(53)	(237)	(367)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	-	(11.391)	(11.391)
Outras	632	-	1.311	1.105
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(7.355)</u>	<u>(10.286)</u>	<u>(21.970)</u>	<u>(23.470)</u>

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/11	Reconhecido	Reconhecido	30/06/12
		no resultado 01/04/12 a 30/06/12	no resultado do semestre	
Impostos diferidos ativos sobre-				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.034)	(8.070)	31.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	-	(8)	41
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.845	631	671	6.516
Prejuízos fiscais	8.934	749	1.930	10.864
Base negativa de CSLL	3.641	345	770	4.411
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	24	37	(780)
Variação cambial	(269)	-	269	-
Outras provisões	1.993	(754)	(1.384)	609
Total do ativo líquido	<u>58.825</u>	<u>(3.039)</u>	<u>(5.785)</u>	<u>53.040</u>

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/11	Reconhecido		Reconhecidos	
		no resultado 01/04/12 a 30/06/12	Reconhecido no resultado do semestre	em outros resultados abrangentes	30/06/12
Impostos diferidos ativos sobre-					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.034)	(8.070)	-	31.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	(61)	(964)	26	280
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.696	866	2.254	19	8.969
Prejuízos fiscais	8.934	749	1.930	-	10.864
Base negativa de CSLL	3.641	345	770	-	4.411
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	24	37	-	(780)
Variação cambial	(269)	-	269	-	-
Outras provisões	2.124	(725)	(1.349)	5	780
Total do ativo	<u>60.976</u>	<u>(2.836)</u>	<u>(5.123)</u>	<u>50</u>	<u>55.903</u>
Impostos diferidos passivos sobre-					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(361)	170	229	(2.402)	(2.534)
Total do passivo	<u>(361)</u>	<u>170</u>	<u>229</u>	<u>(2.402)</u>	<u>(2.534)</u>
Total líquido	<u>60.615</u>	<u>(2.666)</u>	<u>(4.894)</u>	<u>(2.352)</u>	<u>53.369</u>

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	10.799	8.659
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>(151)</u>	<u>(444)</u>
	10.648	8.215
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	<u>3.620</u>	<u>2.793</u>

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação reversa efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Notas Explicativas

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em junho de 2012.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	14.520	15.769
2013	26.137	26.675
2014	9.071	9.608
2015	<u>3.312</u>	<u>3.851</u>
Total	<u><u>53.040</u></u>	<u><u>55.903</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando

Notas Explicativas

a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativas	Controladora	
			30/06/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(115.654)	(135.681)
Bancos	Ativo circulante	6	9.143	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	173.775	217.065
Total de exposição			<u>67.264</u>	<u>83.892</u>

Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativas	Consolidado	
			30/06/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(115.654)	(135.681)
Empréstimos e financiamentos	Passivo circulante	16	(10.627)	-
Bancos	Ativo circulante	6	9.143	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	193.880	238.923
Total de exposição			<u>76.742</u>	<u>105.750</u>

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 30 de junho de 2012 a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	30/06/12	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 10,00%	CDI - 12,50%	CDI - 15,00%
Debêntures	(115.654)	(129.789)	(132.739)	(135.689)
Aplicações financeiras	173.775	191.493	197.582	200.352
Exposição líquida	<u>58.121</u>	<u>61.704</u>	<u>64.843</u>	<u>64.663</u>

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$61.704 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de

Notas Explicativas

CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 1,98% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2012. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma variação líquida no resultado de R\$3.139 e R\$2.958, respectivamente, em comparação ao cenário provável.

- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.

	30/06/12	Consolidado		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI-10,00% e TNA-20,31%	CDI-12,50% e TNA-25,39%	CDI-15,00% e TNA-35,49%
Debêntures	(115.654)	(129.789)	(132.739)	(135.689)
Empréstimos e financiamentos	(10.627)	(12.785)	(13.325)	(14.399)
Aplicações financeiras	173.775	191.493	197.582	200.352
Exposição líquida	47.494	48.919	51.518	50.264

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

A NDF contratada em 12 de janeiro de 2012, no valor de USD 10.000.000 com taxa de 1,8077 foi liquidada em 01 de março de 2012 com a taxa PTAX de 1,7092, sofrendo variação de R\$985, que foi registrada e subsequentemente reconhecida no resultado financeiro.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Notas Explicativas

Rubrica	Contas		Controladora		Consolidado	
	patrimoniais	Moeda	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Bancos	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	9.143	2.508	9.143	2.508
Aplicações financeiras	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	-	-	525	1.423
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Pesos argentinos	17.870	14.751	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Dólares norte-americanos	7.172	5.332	9.048	7.329
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(15.693)	(14.547)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(67)	(6.100)	(1.783)	(8.175)
Total de exposição			<u>18.425</u>	<u>1.944</u>	<u>16.933</u>	<u>3.085</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2012, foi estimado um aumento ou redução de 10% nas flutuações da taxa de juros. Essa oscilação de taxas teria aumentado ou reduzido o resultado financeiro em aproximadamente R\$3.154. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e

Notas Explicativas

financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		30/06/12	31/12/11
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagem e danos morais	73.377	24.244
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	82.923	82.743
		<u>156.300</u>	<u>106.987</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de

Notas Explicativas

ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Ano</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/12</u>
Até o 1º ano	10.491	22.777
Do 2º ao 5º ano	36.387	36.777
Após o 5º ano	57.596	57.654
Total	<u>104.474</u>	<u>117.209</u>

c) Cartas de garantia de crédito

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$107.100 mil e US\$20.120 mil, respectivamente.

d) Cartas de fiança

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$7.515 e R\$7.015, respectivamente.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital

Notas Explicativas

social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas.

Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo na data de reporte das informações contábeis intermediárias. Entretanto, referidos contratos determinam também que caso a Companhia efetue processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e conseqüente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo dessas opções foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em um instrumento patrimonial, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/11</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 30/06/12</u>	<u>Valores registrados no resultado do semestre findo em 30/06/12</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.256.667	2.869	-	-	-
2008	505.576	1.287	59	117	10
2010	119.373	102	19	40	67
Total	<u>1.881.616</u>	<u>4.258</u>	<u>78</u>	<u>157</u>	<u>77</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado				
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/09/2014	01/10/2014	15/07/2015	23/02/2017	01/03/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93
Valor justo por opção – R\$:	(i)				
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75

(i) Um plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração e descrito na nota explicativa nº 21(a), em 12 de julho de 2011, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas tendo em vista que alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações exerceram naquela data suas opções já “vested”. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

Em 27 de junho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de novas opções de compra de ações, ficando a diretoria autorizada a celebrar instrumentos particulares de outorga de opções entre a Companhia e os beneficiários. Dessa forma, foram firmados em 4 de julho de 2012 instrumentos que contemplam 4 executivos totalizando 139.500 opções (conforme nota explicativa nº 35).

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

Notas Explicativas

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as práticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado 01/04/12 à 30/06/12			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	104.727	33.748	52.256	190.731
Custos	(121.597)	(19.956)	-	(141.553)
Lucro bruto	(16.870)	13.792	52.256	49.178
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(10.298)	(6.137)	-	(16.435)
	<u>(27.168)</u>	<u>7.655</u>	<u>52.256</u>	<u>32.743</u>
Despesas administrativas				(10.102)
Resultado financeiro				<u>(1.720)</u>
Lucro antes dos impostos				<u><u>20.921</u></u>

Notas Explicativas

	Consolidado 01/01/12 à 30/06/12			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	167.640	51.244	78.181	297.065
Custos	(184.234)	(34.164)	-	(218.398)
Lucro bruto	(16.594)	17.080	78.181	78.667
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(13.975)	(11.063)	-	(25.038)
	(30.569)	6.017	78.181	53.629
Despesas administrativas				(24.990)
Resultado financeiro				(3.638)
Lucro antes dos impostos				25.001

	Consolidado 01/04/11 à 30/06/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	120.530	24.228	39.553	184.311
Custos	(115.559)	(17.111)	-	(132.670)
Lucro bruto	4.971	7.117	39.553	51.641
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.676)	(4.676)	-	(9.352)
	295	2.441	39.553	42.289
Despesas administrativas				(14.434)
Resultado financeiro				2.990
Lucro antes dos impostos				30.845

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/01/11 à			
	30/06/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	174.044	35.842	56.495	266.381
Custos	(163.570)	(27.533)	-	(191.103)
Lucro bruto	10.474	8.309	56.495	75.278
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(9.444)	(9.432)	-	(18.876)
	1.030	(1.123)	56.495	56.402
Despesas administrativas				(22.973)
Resultado financeiro				(196)
Lucro antes dos impostos				33.233

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
<u>Abertura geográfica dos resultados</u>				
Receita líquida				
Argentina	33.399	41.287	34.188	53.052
Brasil	148.863	243.161	146.238	190.414
Chile	8.469	12.617	3.885	22.915
	190.731	297.065	184.311	266.381
Lucro bruto				
Argentina	13.542	15.887	3.432	4.731
Brasil	33.709	59.050	48.931	66.341
Chile	1.927	3.730	(722)	4.206
	49.178	78.667	51.641	75.278
Lucro (prejuízo) operacional				
Argentina	6.749	4.790	742	(644)
Brasil	13.980	21.234	33.127	33.139
Chile	192	(1.023)	(3.024)	738
	20.921	25.001	30.845	33.233

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no trimestre findo em 30 de junho de 2012 no montante de R\$72 na controladora e R\$83 no consolidado (R\$80 na controladora e R\$140 no consolidado em 30 de junho de 2011).
- Retenção de dividendos da ex-acionista controladora CIE Internacional S.A, de C.V. no montante de R\$9.175 em 30 de junho de 2011, referentes à liquidação parcial da dívida com a Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- Provisão de valores referente a dividendos mínimos obrigatórios a receber de controladas no montante de R\$2.555 em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito na nota explicativa nº 21.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$7.884.
- Baixa de imobilizado na Companhia para contribuição de capital na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., no montante de R\$12.300, e imposto de renda sobre ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$2.400. E adição de imobilizado para contribuição de capital de acionistas não controladores no montante de R\$6.715.

34. LUCRO POR AÇÃO

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo exercício.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	13.502	14.563	8.332	9.171
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	69.291	69.291	11.724	69.190
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	71.054	71.054	5.862	63.328
Lucro básico por ação - R\$	0,1949	0,2102	0,1204	0,1325
Lucro diluído por ação - R\$	0,1901	0,2050	0,1205	0,1448

35. EVENTO SUBSEQUENTE

(i) Aumento de capital

Em 27 de junho de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 45.531 ações ordinárias pela Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$9,78 (nove reais e setenta e oito centavos) por ação, por força do exercício da opção de compra de tais ações por administrador da Companhia, nos termos do Plano aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2007, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011 (vide nota explicativa nº 21). O titular da ação firmou boletim de subscrição com obrigação de integralização à vista em 4 de julho de 2012 no valor total de R\$445, passando o capital social da companhia a ser R\$238.570 dividido em 69.336.151 ações.

(ii) Pagamento de dividendos

Em 6 de julho de 2012 a Companhia aprovou o pagamento de dividendos aos acionistas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Pagamento este, efetuado na data de 11 de julho de 2012, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012.

(iii) Outorga de opções de ações

Em 27 de junho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de novas opções de compra de ações, ficando a diretoria autorizada a celebrar instrumentos particulares de outorga de opções entre a Companhia e os beneficiários. Dessa forma, foram firmados em 4 de julho de 2012 instrumentos que contemplam 4 executivos totalizando 139.500 opções.

(iv) Nova casa de espetáculo

A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a administrar uma nova casa de espetáculos em Belo Horizonte denominada Chevrolet Hall.

36. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 7 de agosto de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes à demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com CPC 21, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2